

SANTO ANTONIO DO RIO FUNDO. BREVE HISTÓRIA DE UM ENGENHO.

Tiago Teixeira Oliveira¹

RESUMO:

Durante alguns séculos, a cana de açúcar foi a principal fonte de economia da Bahia. O surgimento de inúmeros engenhos de açúcar deveu-se, inicialmente, aos incentivos da metrópole (Portugal). Suas instalações físicas eram complexas, caracterizadas pela casa grande, senzala, capela e engenho. Alguns engenhos se sobressaíam mais do que outros, pela capacidade produtiva. Dentre estes, o Engenho Santo Antonio do Rio Fundo, pertencente à família Teixeira, situado na freguesia do Rio Fundo, atualmente distrito do município de Terra Nova. Hoje, deste patrimônio, existe apenas a casa grande e a capela em condições precárias. Um dos seus principais proprietários foi José Antônio Rodrigues Teixeira, figura reconhecida no Recôncavo por seu poder econômico e político. Sua força se prolongou no cenário baiano, a nível local e nacional, através da inserção de seu filho, João de Lima Teixeira, na vida política.

Palavras-chave: Engenho de Açúcar, Santo Antônio do Rio Fundo, Família Teixeira, Freguesia do Rio Fundo

APRESENTAÇÃO

Este trabalho teve início como um artigo acadêmico, a cada momento da graduação, as pesquisas foram avançando junto com seu conteúdo. E no final do curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural obteve-se uma monografia. Agora, com os olhares e fôlego de um historiador, apresentaremos este tema convicto da experiência, intenções e reflexões sobre o tema.

Trata-se sobre a Fazenda Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, localizado na Freguesia² de São Pedro do Rio Fundo – hoje município de Terra Nova – desmembrada, durante o século XVIII, da Freguesia de Santo Amaro da Purificação.

¹ Historiador formado pela Universidade Católica do Salvador.

² Freguesias são vilas que surgiam em torno de uma Igreja ou mesmo uma capela, obtendo poderes e influência no local, mas as comarcas eram de cidades sedes.

A História Oral foi fundamental para a pesquisa e construção deste trabalho, e no decorrer da pesquisa, a fonte primária sempre teve o papel fundamental para construção e clareando as ideias – Inventário dos membros da família Teixeira, escritura de compra e venda do engenho Santo Antônio do Rio Fundo, Registro de Engenho, *Inventários de proteção do acervo cultural. 2v. Monumentos e sítios do Recôncavo* do IPAC e *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. 1536 – 1888, v. II*, de Carlos OTT – quando aos dois, me chamaram atenção pelos erros e falta de informações sobre a história do engenho, afirmando a fundação por Paulo Rodrigues Teixeira em 1852, enquanto a escritura de compra e venda comprova a compra do engenho pela família Teixeira em 1881 na mão de Dona Joanna Emília de Sá Andrade, herdeira dos domiciliares Manoel Pinto Leite e Caetano Pinto Leite que registraram na data de 08 de junho de 1955 – livro de registro de engenhos, localizado no arquivo municipal de Santo Amaro – além dos erros de nomes encontrados no inventário do IPAC.

Em mãos de Paulo Rodrigues Teixeira herdou-se para seu filho José Antônio Rodrigues Teixeira, conhecido no Recôncavo como Zeca Teixeira, figura de destaque na família e na política baiana da sua época.

Pelo inventário do filho de Paulo Rodrigues Teixeira, mesmo nome do pai, de 1944 cria uma idéia pela leitura dele não ter recebido parte das terras como herança.

O anseio em aprofundar a história desse engenho, que ainda hoje abriga os descendentes de seus antigos proprietários, surgiu do conhecimento da história deste engenho e a família Teixeira, facilitando o caminho da pesquisa. Mas como historiador se manter neutro para análise das fontes e sua apresentação.

O fato de integrar essa numerosa família criou facilidades na busca de informações/fontes e montagem dos dados encontrados a seguir. Mesmo com o risco de envolvimento, a obrigação de se neutralizar seguira firme para a construção do trabalho.

Desde muito cedo, ouvia alguns membros da família Teixeira narrando fatos relacionados à história do engenho, que por sua vez se entrelaçam com acontecimentos importantes na sociedade baiana, como a Abolição da Escravatura, a República e as crises econômicas. Além desses acontecimentos, perdiam-se horas relembando passagens do cotidiano no engenho; falava-se das brincadeiras de infância, das reuniões familiares, do campo; todas as circunstâncias sociais que ajudaram a construir a identidade da família.

Durante a graduação, as disciplinas *História, Memória e Patrimônio, História Oral e Práticas e Constituição de Acervo* contribuíram muito com discussões específicas que ampliaram minha visão sobre a importância da micro-história, onde fatos locais emergem na categoria de repercussão regional e, até mesmo nacional, de onde surge à necessidade da valorização e preservação do patrimônio material e imaterial.

Particularmente, os estudos realizados na disciplina *História, Memória e Patrimônio* contribuíram para a definição dos aspectos a serem discutidos neste trabalho. **A História, a Memória e o Patrimônio** Santo Antônio do Rio Fundo.

A **História** e a **Memória** surgem dos fatos representados pelo sujeito histórico no decorrer do tempo e servem para compreender as influências do passado no presente e no futuro, entre o Homem e seu espaço de convivência, fortalecendo a sua identidade social e individual.

Assim a memória é caracterizada como Individual e Coletiva. São lembranças seletivas representadas por lugares (território/espaço), cheiros, gostos, hábitos, sons ou símbolos de algo significativo para uma pessoa ou grupo, as quais constroem a história e a cultura.

Como afirma Le Goff, *a memória é um elemento essencialmente do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.*

Ela se manifesta também por meio de rituais, muitas vezes secretos para evitar influências da massificação, ou deturpação dos mitos, onde se pode *preservar a continuidade do passado e do presente*³.

A História não é somente uma ferramenta para estudo do passado. É uma ciência que tem a função de compreender cada momento de nossas vidas, enxergar como os sujeitos se relacionam entre si, sabendo que os Homens são sujeitos a mudanças no percurso do tempo, e constroem sua própria história.

Enquanto, para Edgar Salvadori de Decca, a história vem impor forças à memória, valorizando os arquivos como centro e detector da memória, assim, caracterizando como memória oficial o poder da crítica ao passado.

Tendo a ciência histórica um valor social de produzir, resguarda e preservar o

³ Edgar Salvadori de Decca in *Memória e Cidadania*, p. 130

conhecimento, mas na questão burocrática, do poder, pesa o interesse de cada estado.

O que auxilia para toda compreensão e construção de um trabalho científico são os *documentos*⁴, estes têm grande importância para memória histórica (sendo de uma biográfica entra muito a visão do outro. O documento primário tem o peso fundamental para construção de sua própria visão), porém nem sempre contém todas as experiências vividas, as riquezas seus detalhes, dos comportamentos humanos que traduzem uma identidade. Resguardando, muitas vezes, o segredo da vida de uma sociedade.

Le Goff determina que além do documento, o monumento, são membros que determina e constrói a memória, pois servem como prova histórica, remetendo uma herança do passado ao presente, onde o Homem passou e deixou qualquer marca da sua vida.

Patrimônio são elementos de *toda a produção humana, de ordens emocionais, intelectuais e materiais*⁵.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 216, define *que patrimônio cultural brasileiro são os bens de natureza materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*⁶.

Dentro dessa perspectiva, a arquitetura do engenho será apresentada como patrimônio histórico e da memória.

Além da discussão do patrimônio do Engenho, a tese terá desenvolvimento sobre a sua história e memória, através das edificações, feitos, família, fotos, dentre outros.

As fontes que contribuem diretamente a definição do objeto foram História Oral, *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536 – 1888, v. II* e Inventário do IPAC, os inventários familiares. Todas outras contribuíram para a construção sobre a história dos

⁴ Documento representado como fonte histórica.

⁵ Maria do Carmo Godoy em “Patrimônio Cultural: conceituação e subsídio para uma política” In: “Memória e Ensino da História” de Ricardo Oriá.

⁶ A Lei n. 3924, de 26-7-1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

engenhos. Pretendo assim, construir uma estrutura documental sobre a história do Engenho Fazenda Santo Antônio do Rio Fundo, que se constitui patrimônio histórico não só da família Teixeira, mas da Bahia século XIX.

A coleta de informações sobre a história dos engenhos é para compreensão de todos os fatores sócio-econômico, estruturais e relações mantidas por essas unidades, assim da mesma forma para com Santo Antonio do Rio Fundo que se mantém na mão da família até os dias atuais.

O trabalho está dividido nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado *Breve Histórico dos Engenhos*, apresenta um histórico da implantação, crescimento, funcionamento dos engenhos e estrutura sócio-econômico no Recôncavo.

O segundo capítulo, *Engenho Santo Antônio do Rio Fundo*, traz uma discussão sobre a fundação do engenho, suas fronteiras, sua produção, sua economia, sua influência política e principalmente sua arquitetura, no período de 1852 a 1960.

Ao concluir esse trabalho, entendo que está sendo o momento de conhecer muito mais a história dos engenhos, do Santo Antônio do Rio Fundo e da família Teixeira, além de tudo, conhecer a História da Bahia.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DOS ENGENHOS

Como demonstra Stuart Schwartz, no primeiro capítulo de Segredos Internos, o açúcar já era requisitado no velho mundo, havendo plantações desde o século XIV, iniciado pelos mulçumanos na Península Ibérica. Durante o século XV e XVI a Itália teve grande participação em investimentos locais, chegando há cultivar a cana, produzir o açúcar e abrindo caminho para o mercado europeu, influenciando a inclusão do produto na alta sociedade européia.

Logo no início da colonização portuguesa, as instalações de engenhos de açúcar eram próximas a capital. Com o crescimento da cidade do Salvador, os engenhos foram se interiorizando, encontrando o Recôncavo Baiano com solo apropriado para o plantio da cana, devido riqueza em nutrientes, por ser uma região banhada por quatro grandes

rios, Paraguaçu, Subaé, Jaguaripe e o Sergipe, formando manguezais e, contribuindo para diversos fatores.

Durante a ocupação da Baía de Todos os Santos, no governo de Mem de Sá – terceiro governador geral – entorno de 1559, sofreu resistência e conflitos dos índios. Esta ocupação teve apoio jesuítico, durante a catequese, facilitando os portugueses penetrar e se estabelecer na região ⁷.

Seguindo o avanço pelo Recôncavo, crescia o número de engenhos. A produção de açúcar, durante alguns séculos foi o principal interesse da Coroa Portuguesa. As condições naturais da colônia, especialmente as do litoral nordestino, cujo clima quente e úmido e solo de massapé, tornavam-se o mais propício e indicado para o plantio.

Todavia, devemos destacar que a escolha do açúcar preenchia o requisito estabelecido pelo capitalismo comercial e reafirmado pelo pacto colonial, mantido pela Coroa Portuguesa a produção de um produto de ampla aceitação no mercado consumidor europeu.

Após o regresso à universidade, e com a pesquisa sobre engenho de açúcar, foi clareando a visão sobre a “monocultura” da cana de açúcar, decorrente aos estudos escolares. A cana, por diversos momentos, foi a principal fonte econômica do Brasil, principalmente Bahia, recebendo maior parte do investimento, mas nunca foi o único produto de cultivo e exportação; o fumo baiano teve grande participação, no mercado mundial, sendo bem aceito na Europa e ser produto de troca por escravos na África, como se fosse moeda para compra, dentre outros produtos (mandioca/farinha, algodão, cacau e mais), que Barickman demonstra os seus valores no seu livro *Um contraponto baiano*; alguns mais como sustento interno.

Pelos autores Stuart, Vera Lúcia, Carlos Ott, Luis Henrique e o próprio inventário do IPAC, e suas fontes, consta o levantamento dos engenhos no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, mostrando a rentabilidade e vida dos engenhos de açúcar, suas riqueza e oscilações por investimentos, concorrência, principalmente das ilhas do Caribe, e toda sua economia.

Nos altos e baixos do açúcar, Barickmam fez o recorde entre 1780-1860, demonstrando sua história geral. Por este período, demonstrando também a impulsão no mercado mundial, quando este período, quase toda a América estava em luta pela

⁷ *Testemunhas silenciosas. Ruínas do Recôncavo* - IRDEB, 2000

independência (cada país separadamente em um momento), assim, o mercado se foca no Brasil por não está em conflitos (nem mesmo quando vira independente ocorreu algum tipo de conflito. Independência feita por Português, quem iria receber ainda o trono de Portugal e abandonar o Brasil – Dom Pedro I) Mas em seguida, na ocorrência de muitas crises, construção de usinas, os engenhos diminuíram a produção e alguns paralisarem, chegando a fechar as portas e entrarem em ruínas.

Por Vera Lúcia do Amaral Ferlini, em 1560 o Brasil contava com 62 engenhos em pleno funcionamento que, para atividade lucrativa necessitavam de, no mínimo, cinquenta escravos, quinze juntas de bois, lenha suficiente para ser empregada no cozimento do açúcar. Precisava-se, portanto, de muito capital para iniciar a sua produção.

No inventário do IPAC, durante a década de 1580, informa 36 engenhos no Recôncavo distribuído em 16 freguesias, dentre estes, 16 eram movidos por bois e a produção anual de açúcar já ultrapassava as 120.000 arrobas. Com complemento, constavam também 62 igrejas e 3 mosteiros.

Luis Henrique Dias Tavares cita seis cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII que fazem um levantamento dos engenhos em suas épocas respectivamente. Gandova em 1572 fala no seu Tratado em 18 engenhos, já em 1584, Gabriel Soares de Souza relacionou 36; na segunda metade do século XVII Frei Vicente Salvador indica 50, em 1663 o Padre Simão Vasconcelos registrou 69. Em 1759, o engenheiro José Antônio Caldas encontrou 129 (sobre toda a capitania), enquanto Luis dos Santos com suas Cartas soteropolitanas afirmou 260 engenhos.

A instalação de um engenho era um empreendimento considerável, pois abrangia um conjunto de investimentos que iam da implantação do engenho, até a produção e comercialização do açúcar.

Encontrando-os em diversas formas, eram necessários equipamentos para a produção, aquisição de escravos, criação de gado – os animais de porte desta época eram concebidos para a força de trabalho e não se mantinha como criação – pastagens, carros de transporte e aquisição de lenha, muitas vezes distantes dos engenhos. O processamento de cana, até chegar ao seu produto final era uma atividade complexa.

Várias fases compreendiam o processo, passando pela extração do líquido, purificação e purgação. A cana era moída utilizando-se a força animal ou, quando

existia água em grande quantidade, utilizando-se a força hidráulica. Estes últimos ficaram conhecidos como Engenhos Reais, por seu tamanho e produtividade.

Luis Henrique Dias Tavares demonstra as definições dos engenhos no seu livro *História da Bahia*, página 135, como *engenhos reais, os que eram movidos com a força d'água e tinha escravos em todos os setores (lavoura, casas de caldeira, e de purgar, etc)*. *Engenhos de borda d'água, os que estavam à beira do mar ou de rios e engenhos de mato adentro, os que se encontravam mais para o interior e contavam com a proximidade de mata*. Estes dos últimos eram tratados como engenhocas.

O mesmo autor cita a baixa evolução técnica dos engenhos, quando trabalhavam com duas ou três moendas de cilindros horizontais ou mesmo verticais de madeira revestidas de ferro. No início do século XIX se desenvolve o engenho a vapor, no momento da instalação da caldeira no engenho Incá-Assú por Pedro Antônio Cardoso, localizado na Ilha de Itaparica.

Mesmo constituindo-se como principal mola de sustentação da produção de açúcar, o engenho não processava todas as tarefas até a obtenção do produto final destinado ao mercado consumidor. No Brasil, como em Portugal, a inexistência de refinarias provocava a transferência de parte considerável dos lucros para as mãos dos negociadores europeus, com destaque para os holandeses, que além de possuírem navios para o transporte, contavam, ainda, com a técnica do refino do açúcar, quase sempre guardada em segredo. Por tanto, a forma de exportação do açúcar em grande parte era na forma de açúcar mascavo que, na época, possuía pouco valor comercial, junto com o mascavo se exportava o melaço e a água ardente.

Aqui na Bahia, as usinas foram tomando espaço a partir do século XIX construindo uma grande concorrência na produção do açúcar com engenhos.

A produção de açúcar e o funcionamento dos engenhos esbarravam freqüentemente no problema de falta de crédito. No século XVI, parte considerável do dinheiro empregado nos engenhos, provinha do estrangeiro, principalmente da Holanda, Itália⁸ e Portugal (metrópole). Já no século XVII, na Bahia, opera-se uma grande mudança, quando os financiamentos passaram a ser concedido por ordens religiosas e

⁸ Stuart Schwartz comenta no seu livro *Segredos Internos*, página 22, que a Itália já financiava e produzia o açúcar em Portugal. Além desta função obteve grande papel na apresentação/introdução na dieta da aristocracia européia e comercialização do açúcar em parte do território europeu.

beneficentes, assim como por comerciantes enriquecidos. Instituições como a Santa Casa da Misericórdia, a Ordem Terceira de São Francisco, o Convento de Santa Clara do Desterro que cumpriam o papel de financiadores incluindo juros aos valores aplicados, recebiam, como pagamento, muitas vezes, parte da produção dos engenhos.

Devido ao incentivo da metrópole e o comércio europeu, a lavoura de cana e a produção de açúcar impulsionaram a economia de exportações agrícolas. Luis Henrique Dias Tavares mostra a listagem dos principais produtos durante os séculos XVI, XVII e XVIII na Bahia.

Século XVI	Século XVII	Século XVIII
Pau Brasil	Açúcar	Açúcar
Açúcar	Algodão	Fumo
Algodão	Pau-Brasil	Algodão
	Fumo	Ouro
		Sola
		Aguardente
		Farinha de Mandioca

(TAVARES, Luis Henrique. *História da Bahia*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974, página 134)

Nota-se nesta tabela o peso da exportação do açúcar e surgimento de novos produtos no decorrer dos séculos, logo em seguida, na página 138 do seu livro, Luis Henrique Dias Tavares mostra outra tabela com os produtos e seus valores no ano de 1798⁹.

⁹ *Mapas das Rendas da Bahia, 1798, Seção de Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-17, 12,*

Açúcar	1:646:576\$640
Aguardente de cana	280\$000
Algodão	148:427\$400
Arroz	1:568\$000
Cacau	44\$000
Couro de cabelo	47:258\$000
Café	1:758\$600
Cordas de piaçava	32\$000
Drogas diversas	10:000\$000
Estopa da terra	33\$600
Farinha de Mandioca	80\$000
Goma	1:000\$000
Grude	62\$062
Ipecacuanha	580\$800
Madeira Diversas	776\$320
Mel de engenho	280\$000
Moeda corrente	100:000\$000
Sola vermelha e branca	58:742\$000
Tabaco	668:863\$000
Taboados	1:838\$750
Varas de parreira	339\$000
Soma	2:688:354\$070

No livro *Um contraponto baiano*, B. J. Barickman demonstra muito bem a economia baiana nas discussões mostradas de tabela.

A estrutura social refletia na estrutura econômica, montada para a extração do lucro pela metrópole, caracterizando a sociedade em uma divisão dicotômica: escravos e senhores. Inicialmente, nos primeiros engenhos estabelecidos no Recôncavo, se utilizavam escravos indígenas, pois, praticamente não existiam escravos africanos nas décadas de 1550 e 1560; muitos desses indígenas eram oriundos de aldeias jesuíticas, que recebiam um parco salário.

Em relação ao trabalho escravo negro na Bahia, em 1574, os africanos

representavam apenas 7% da força de trabalho; em 1591 eram 37% e, a partir do ano de 1638, os africanos somados com os escravos brasileiros, representavam a totalidade de força de trabalho utilizada nos engenhos¹⁰.

Sobre a aquisição dos escravos, os preços eram variados de acordo com seu porte físico, saúde e seu país de origem.

Há suspeita de intenções dos senhores em misturar as etnias para evitar uma possível rebelião contra eles, pois até os dias atuais encontram na África tribos inimigas em conflitos, por tanto imaginava que não haveria uma união entre os escravos, mas não foi correspondido pela nova situação de escravo e ter um inimigo em comum.

As situações dos escravos que trabalhavam no engenho de modo geral, eram de extrema dificuldade, principalmente daqueles que trabalhavam na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras, pois, freqüentemente os acidentes resultavam em amputação de braços e, as queimaduras que, por vezes, levavam muitos escravos à morte.

Seu trabalho se tem pela opressão do senhor, esforço de conquistar a comida, quando hoje seus descendentes ainda sofrem pelo reconhecimento social e as condições de vividas até os dias atuais.

Em situação oposta,

*Os senhores de engenho possuíam considerável poder econômico, social e político na vida da colônia, permanecendo, durante todo o Império e início da República, com prestígio na sociedade, embora seu poder econômico houvesse sido abalado pelas diversas crises que afetaram a lavoura da cana-de-açúcar. Eles constituíam uma aristocracia de poder e riqueza, passados de pai para filho.*¹¹

Freqüentemente o rei concedia títulos de nobreza por serviços prestados, títulos que não passavam para seus herdeiros, mas como confirma Stuart, o reconhecimento se mantinha. Entretanto, o negócio da cana costumava trazer riscos consideráveis para os

¹⁰ Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Terra, trabalho e poder, o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. ed. Brasiliense, CNPQ. São Paulo, 1988.

¹¹ SCHWARTZ, 1988, p. 243.

senhores de engenhos, pois o açúcar por eles produzido dependia da oscilação de preços, de uma boa administração e do controle da massa escrava. Muitos foram os senhores de engenhos que conheceram a total decadência da lavoura devido aos problemas de natureza externa, somados com os internos, levavam famílias tradicionais e ricas, em pouco tempo, à falência.

Algumas famílias, donas de engenhos tradicionais, ocupavam na colônia, altos cargos na administração portuguesa, o que colaborava para a superação de algumas dessas crises. Todavia, imigrantes com posses e comerciantes que, além da atividade do comércio também se dedicavam à administração de engenhos, tornaram-se donos de terras e de cultivos de cana-de-açúcar.

A economia açucareira sofreu grandes oscilações em decorrência das próprias variações da lavoura sempre abalada por fatores internos e oscilações do mercado internacional. Mesmo considerando-se as crises, o Recôncavo manteve sua importância produtora, além de representar um caminho de acesso para região das minas, e trilhas de gado durante o século XVIII.

O Recôncavo baiano foi a mais importante região de cultivo da cana e da produção de açúcar no Brasil. Inicialmente as terras que circundavam a cidade do Salvador eram as mais procuradas e disputadas para o estabelecimento desses engenhos, destacando-se a presença de importantes unidades produtoras nas paróquias de Paripe, Pirajá, Cotegipe e Matoim. Com a gradativa expulsão dos índios, os canaviais foram se expandindo em direção ao longo do Rio Paraguassu e no sul do Recôncavo.

A Segunda região de expansão dos engenhos dirigiu-se para as zonas próximas aos rios Sergipe e Subaé, dando origem, posteriormente, às Vilas de São Francisco e Santo Amaro. Em 1587, na região de São Francisco, já havia 14 engenhos, além de uma capela e um convento, construídos na década de 1620 pelos franciscanos. Essa pequena vila deu origem ao povoado de São Francisco do Conde. Isto mesmo aconteceu com a povoação próxima ao rio Subaé, que se transformou em Vila de Santo Amaro, em 1727. Em 1757, a Vila da Purificação já incluía três diferentes zonas de engenho: Patativa com nove engenhos e, do lado oposto do rio Subaé havia mais cinco engenhos e, à medida que a indústria açucareira adentrou continente, também se verificou a presença de engenhos na paróquia de São Pedro de Tararipe e Rio Fundo. Em princípios do

século XIX, a vila de Santo Amaro tinha quatro paróquias e 85 engenhos.¹²

Nos primeiros anos do século XIX, a região contou com a instalação dos primeiros engenhos a vapor. Na segunda metade desse século, Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré localizada nos limites de navegação dos rios Subaé, Paraguaçu e Jaguaripe usaram as vias fluviais para a exportação do açúcar, fumo e café respectivamente. É também desse período a instalação das primeiras ferrovias e estabelecimento de linha de navegação com a capital (1819 – Cachoeira, 1847 – Santo Amaro e 1852 – Nazaré)¹³.

No final do século XIX são implantadas as primeiras usinas, uma realidade sócio-econômica e tecnológica diferentes dos engenhos, contribuindo assim para a decadência dos mesmos.

Na vizinhança de Santo Amaro, existia a freguesia de São Pedro do Rio Fundo, local de grandes engenhos produtores de açúcar, um deles, a Fazenda Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, que em meados do século XIX até o início do século XX era uma referencia no Recôncavo, pela grande quantidade de açúcar produzida. Assim, no próximo capítulo, será apresentada a fazenda engenho durante o período de 1852 a 1960.

CAPÍTULO 2

ENGENHO SANTO ANTÔNIO DO RIO FUNDO.

Após o crescimento numeroso de engenhos e produção de açúcar, durante os três primeiros séculos, e Barickman mostrando o crescimento do Século XIX, entorno de 1820; tendo destaque a Freguesia do Rio Fundo, Bom Jardim, São Sebastião e Catu. Mesmo assim, este século foi marcado por diversas crises financeiras, decadências de famílias, ruínas de engenhos, decorrente da produtividade, concorrências e surgimento de usinas no Recôncavo baiano.

Contrariando esses fatos, o desembargador Paulo Rodrigues Teixeira passa a investir nesta economia, comprando o Engenho Fazenda Santo Antônio Rio Fundo em 1881¹⁴.

¹² Este parágrafo e o anterior é uma relação com o livro de Vera Lúcia do Amaral

¹³ Esboço da professora Maria José de Andrade (ou Zezé Andrade) da Universidade Católica do Salvador

¹⁴ Escritura de Compra e Venda do Santo Antônio do Rio Fundo por livro de nº 657 (escrivão Ernesto Pereira Espinheira, na folhas 30 e 30v

Localizado na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, tendo sua construção registrada em 08 de junho de 1855, pelo Tabelião Manoel Jorge Ferreira, estando no Livro de Registro de Engenho, no Arquivo Municipal de Santo Amaro, na página e ordem 01, por Luiz Paulino Valente de Andrade e sua mulher Dona Joanna Emília de Sá, enquanto Carlos Ott, em *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos* buscar afirmar sua construção no ano de 1852. Já pela escritura de compra e venda não comprova estes dados.

Existe nas suas fundições uma mistura de características dos séculos XVIII, e XIX, podendo já haver construções no engenho, ainda mais, que até os dias atuais, acontece acordos de compra e vendas de terra, assim, tendo a possibilidade de Paulo Rodrigues não ter construído o engenho. É comum até os dias atuais haver sempre negociação de compras e vendas de terra. – Refazer com a Escritura de compra e Venda e busca do inventário da proprietária anterior.

No entanto, seguiremos os passos desse engenho sobre a responsabilidade dos Rodrigues Teixeira, cujo foram conquistando o poder a partir do engenho.

Carlos Ott confirma no ano de 1852, foi registrado na Fazenda Engenho Santo Antônio do Rio Fundo uma produção *de 9.000 arrobas de açúcar e de 9.000 camadas de melaço*¹⁵ o que fazia do engenho um dos maiores produtores de açúcar da Bahia. Era uma produção bastante considerável, apesar de possuir 35 escravos – um número modesto em relação a outros engenhos da região. Isto se explica pelo fato de também receber cana de fazendeiros vizinhos que somente cultivavam, processando o açúcar nas instalações do engenho, o que era pago com parte da produção. A produção não se manteve equilibrada durante todo o seu funcionamento, pois as chuvas constantemente faziam apodrecer a cana, levando os prejuízos a todos os senhores de engenho naquele período.

Pelo inventário do IPAC a demarcação das terras consistia em 910 tarefas de terras, das quais 721 eram de massapê e apenas 189 de salão inexistindo terras arenosas¹⁶ (IPAC-BA, 1978, p. 250). Já na partilha de bens José Antônio Rodrigues Teixeira (1961), página 3, informa que a sua extensão é de 927 tarefas de terras.

Toda demarcada, o seu limite fica ao *norte com a fazenda Terra Nova e Santos*

¹⁵ Carlos Ott. *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536 – 1888 1996*.

¹⁶ IPAC-BA, 1978, p. 250

Apóstolos, ao sul com terrenos de patrimônio da Igreja do Rio Fundo, Fazenda Paciência e Fazenda Bahó, a leste com a fazenda Santos Apóstolos e Paranaguá, a oeste com as fazendas Britam e São Caetano ¹⁷.

O que se pode confirmar é que esta numeração seja retirada dos Inventários, mas a família determina que durante a época do engenho, havia proporção muito maior de terras, entre Santo Amaro a Candeias – na região do povoado da Passagem dos Teixeira – pois, em comum, os senhores sempre estarem fazendo negócios com as terras, dificultando o limite exato durante todo o seu tempo (confirmado por Maria Lúcia Portugal Teixeira) ¹⁸.

No mesmo período a fazenda trabalhava com 80 bois e 50 cavalos ¹⁹, o que tornava pertinente afirmar ser uma grande fazenda produtora, pois os animais destinavam-se ao trabalho de processamento de açúcar e seu transporte até o porto de embarque, que era o de Salvador. Durante todo o período de intensa produção açucareira, a utilização de animais era destinada mais intensamente ao fabrico do que à simples criação, pois as terras estavam voltadas para o plantio, o que não permitia o desenvolvimento da pecuária.

Enquanto a estrutura, hoje em dia só se encontra a casa grande e a capela, com características do século XIX, permanecendo ainda nas mãos da família Teixeira, sob os cuidados do Sr. Luiz Teixeira Costa, descendente de Paulo Rodrigues Teixeira. Sabe-se, contudo, que o nome do desembargador Paulo Rodrigues Teixeira, ficou fortemente marcado na história do engenho Santo Antônio do Rio Fundo, por ter sido a época em que o engenho teve o seu maior desenvolvimento, mantida por Zeca Teixeira, e por ter vivido em uma época mais recente (falecido em 1960), mas ter se envolvido muito na política.

Pelo inventário do irmão de Zeca Teixeira, o Paulo Rodrigues Teixeira, mesmo nome do pai, se imagina que a herança da fazenda ficou nas mãos de Zeca Teixeira.

Um fato que caracteriza o poder dos engenhos e seus proprietários, até a época de Zeca Teixeira o Santo Antônio do Rio Fundo controlava a vida do distrito do Rio Fundo, trabalho, o cuidados em diversas aéreas e um dos grandes exemplos era o

¹⁷ Formal de partilha de José Antônio Rodrigues Teixeira, 1960, p. 03.

¹⁸ Filha mais nova de Zeca Teixeira.

¹⁹ Carlos Ott, Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. 1536 – 1888 1996.

controle da luz do distrito, mantida na casa grande, mantendo a hora de acender e de pagar, assim mexendo no costume local, que determina a hora de sair, hora de repousar nas suas casa, dentre mais . Da casa grande, dar para observa o movimento da redondeza toda, principalmente a vila de São Pedro do Rio Fundo, com isto ter um controle local.

2.1 - CASA GRANDE.

A casa grande está situada em uma pequena colina de onde é possível avistar, à sua frente, a Usina de Paranaguá. Logo abaixo se encontra a capela, elemento marcante e de tradição na estrutura dos engenhos do recôncavo. É ainda arroteada por canaviais tendo, ao fundo, a vila de São Pedro do Rio Fundo. Nos dias atuais não existem mais o engenho e a senzala nas estruturas da fazenda.

Trata-se de uma casa descrita no Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC ²⁰ como: uma construção de planta retangular, telhado em “quatro águas” ²¹ e duas varandas erguidas sobre colunas de “tronco cônicas”. Estas colunas são apoiadas sobre pedestal de “sessão quadrangular” e “capitel toscano com ábaco quadrado”.

Vale notar que, diferentemente das casas erguidas no início do século XIX, as quais eram sempre envolvidas por quatro varandas. Na casa do Engenho do Rio Fundo, mantêm-se apenas duas delas, em função da construção dos quartos em um dos seus lados, fugindo da tradicional arquitetura colonial.

No fundo da construção existe um anexo, bastante antigo, que serve como cozinha e depósito. Neste local há um fogão que junto com a cozinha principal foram modificados, sendo recoberto por azulejos ²².

A casa mantém ainda assoalhos e forros originais em todo o corpo principal, encontrados em bom estado de conservação. O piso situa-se ligeiramente acima do solo,

²⁰ Este livro foi utilizado como fonte, mas existem diversos erros de informação, como nome de Paulo Rodrigues Teixeira errado e nomes de seus netos misturados.

²¹ Telhado de quadro lados, sustentado muitas vezes por quadro varandas.

²² Por essa modificação o processo de Tombamento pedido por João de Lima Teixeira foi anulado.

formando um porão que se estende por toda a construção.²³

A pesar das condições dadas pelo IPAC, no geral a casa não está conservada. Havia antigamente três chalés, encontrando atualmente somente um em ruínas.

Do mobiliário original, encontra-se na casa apenas uma pequena estante de prateleiras vazadas. Alguns móveis foram vendidos e outros se encontram ainda em posse de membros da família Teixeira. Os atuais proprietários estão recuperando o velho estilo, decorando-a com móveis de época.

2.2 - CAPELA

Em frente à casa grande, em nível mais baixo, dando as costas para ela e alinhada as casas dos trabalhadores livres e a senzala, onde se recolhiam os escravos, encontra-se a capela destinada a Santo Antonio.

Segundo o Inventário do IPAC, a planta da capela é em forma de “Tê”, um formato arquitetônico muito difundido no século XVIII, principalmente na zona rural do país, embora modificada pelo tipo de esquadria em almofadas em grande relevo. Teve seu telhado reduzido e o seu frontal refeito no século XX, o que transformou completamente o estilo da época, expresso principalmente pela substituição do piso de barro cozido por cerâmica atual.

Essas modificações descaracterizaram a capela o que impediu o seu tombamento pelo Patrimônio Histórico do Estado.

Nela encontram-se sepultados o senhor Paulo Rodrigues Teixeira (o fundador) e alguns de seus parentes, filhos e herdeiros.

Suas condições estão precárias, sujas por dentro e por fora com bastante mato, de longe se observa uma rachadura do teto ao chão claramente na parede dos fundos

2.3 - OS TEIXEIRAS

A família Teixeira adquiriu o engenho Santo Antônio do Rio Fundo em 1881,

²³ IPAC-BA, 1978. Este livro deve ser revisto, pois existem muitas informações trocada, como nomes da família Teixeira e é um livro antigo.

passando a propriedade para os herdeiros do coronel Paulo Rodrigues Teixeira, os quais deram continuidade na produção de açúcar no início do século XX. Nesta divisão, a edificação do engenho passou às mãos de seu mais conhecido proprietário o Dr. José Antônio Rodrigues Teixeira. Este nasceu na cidade de Mata de São João, em 19 de setembro de 1872. Filho do coronel Paulo Rodrigues Teixeira e Miquelina de Araújo Góes Teixeira. Quando completava 16 anos de idade viveu uma das maiores mudanças da estrutura do Brasil, a abolição dos escravos e a Proclamação da República. Fatos que podem contribuir para a formação do jovem.

Os membros da família que manteve contato com ele informam a boa postura com seus funcionários, com o povoado em torno do engenho e em toda a região açucareira, foi respeitado por aqueles que viveram nas redondezas, sendo o seu nome – Zeca Teixeira, até hoje lembrado na região como um homem de respeito e poder. Mas não foi respeitado só pelo lado humanitário, criou-se também um respeito pelo seu poder, o qual ninguém enfrentava. Exercia o seu poder sem pegar em armas.

Formou-se em engenharia agrônoma pela Imperial Escola de Agronomia de São Bento das Lages, a primeira escola agrícola da América Latina, fundada por D. Pedro II, com o objetivo de incentivar e desenvolver a produção agrícola no Recôncavo e, em especial, o cultivo do açúcar, chegando a defender tese sobre o açúcar na Bahia.

Ainda jovem assumiu as responsabilidades sobre o engenho, encontrando dificuldades quanto à produção de açúcar e sua comercialização. Dificuldades de crise econômicas sobre a produção de açúcar, dentre outras, que caracterizaram toda a primeira metade do século XX, devido à crescente produção cafeeira na região Sudeste do Brasil.

Zeca Teixeira administrou o Rio Fundo até sua morte, tornando-se um homem conhecido e de prestígio em toda a região. Foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana de Açúcar da Bahia e também fundador da FEPLANA - Federação dos Plantadores de Cana. Sua influência na política demonstrou que, mesmo com o declínio da lavoura açucareira no século XX, mantinha uma participação social ativa no Estado da Bahia.

Reconhecido no Recôncavo baiano pela sua liderança junto a outros proprietários de terra como à classe trabalhadora, foi nome forte para se eleger a cargos políticos, sempre indicados para se lançar profissionalmente na política, ao qual

respondeu com a indicação de seu filho João de Lima Teixeira. Este um dos fundadores do PTB da Bahia ocupou um lugar de destaque na Assembléia como presidente, seguindo a carreira política, como deputado federal, senador, chegando a ser Ministro do Superior Tribunal do Trabalho durante governo do presidente Vargas, no segundo mandato, quando se aposentou. Dado passado por Maria Lúcia Portugal Teixeira filha mais nova de Zeca Teixeira, confirmado por José Carlos Portugal Teixeira e Sonia Campello, irmãs e filhos de Jose Antônio Rodrigues Teixeira.

Quando falamos da memória do engenho é inevitável tratar da relação de José Antônio para a família ates os dias atuais, como a família Teixeira se retrata deste passado.

Como os Teixeira se apropriaram do engenho no final do século XIX, quando já ocorriam leis de liberdade aos escravos e próximo a abolição, não consta, não consta trabalho escravo nesta administração.

Já com José Antônio do Rodrigues Teixeira a família reforça dele ser um homem de idéias e comportamentos fortes, decididas.

CONCLUSÃO

Este trabalho que ainda se encontra em andamento de pesquisa, sem desmerecer, é fato de sempre sentir a necessidade de ampliar muito mais a discussão e a apresentação do Engenho fazenda Santo Antônio do Rio Fundo o conhecimento diante o assunto.

Como é encantador descobrir e ficar ciente de muitos detalhes deste Engenho, como foi a sua importância e força na economia baiana, seus administradores, principalmente José Antônio Rodrigues Teixeira, o Zeca Teixeira. Saber das produções de açúcar, e em alguns períodos manteve uma das maiores produções no recôncavo, não só pelo seu plantio, mas pelo seu status, colhia cana-açúcar das fazendas vizinha para servir na produção o melaço o açúcar mascavo.

O prazer de estudar este assunto é compreender melhor a relação entre política, economia, engenhos e sua sociedade, junto com amplitude da História Bahia, na qual contribuíram muito para formação do Estado e História do Brasil em todos os sentidos,

da economia e política às grandes revoltas.

Do Santo Antônio do Rio Fundo e a própria história dos engenhos, que tem no início do seu período, parte dos engenhos instalado na capital, e devido o crescimento da cidade, estes passaram a se interiorizar. A grande produção do Recôncavo Baiano foi fruto deste fator, com encontro de terras de boa qualidade, fazendo disto à região uma dos maiores produtores de cana do país.

É de importância pesquisar a mudança das características de engenho para fazenda e, quais foram as influencias das usinas para que isto ocorresse, quando se sabe da modernização da economia açucareira e suas crises.

Com essas investigações obtive um pouco mais das minhas raízes no que diz respeito à ancestralidade, o que me dá uma maior compreensão, não somente daquele engenho específico, mas também dos engenhos de açúcar da Bahia.

Ressalto que este assunto é de tamanha riqueza que não dar para se prender somente a área histórica, sempre poderá haver os olhares das pesquisas Econômicas, Agrônomicas, Geográficas e entre todas as Ciências Sociais, dentre outras discussões, havendo sempre as relações entre todas elas.

O reconhecimento dos colegas e pessoas próximas estimula muito mais esta pesquisa. A família Teixeira que me acolheu muito bem e ajudou bastante no caminho das fontes, sempre disposto a contribuir oferecendo dados e força de vontade. Sempre me recordarei de seu Luis Carlos Teixeira, de seu filho Paulo que me deu o primeiro passo para construção deste trabalho, os filhos de José Antônio, Sonia Maria, José Carlos e Lúcia Portugal, esta, sempre paciente ao meu lado ajudando com as informações, diálogos e correções até duas horas ou mais da manhã (madrugada) e o seu filho Marcelo, engenheiro agrônomo, sempre presente para dar idéias, e na prontidão para participar das pesquisas. Agradeço muito a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

PRIMÁRIAS

APB – Escritura de Compra e Venda do Santo Antônio do Rio Fundo por no livro de nº 657 (escrivão Ernesto Pereira Espinheira) nas folhas 30 e 30 v.

APB – Inventário de Paulo Rodrigues Teixeira de 1944.

APB – Inventário de José Antônio Rodrigues Teixeira de 1941
----- ano de 1961 do Cartório do 2º Ofício dos Efeitos Cíveis de Comarca de Santo Amaro.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTO AMARO – Livro de registro de engenhos, número 01 e ordem 01.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTO AMARO – Partitura de bens de Américo Rodrigues Teixeira.

BAHIA. Secretária de Indústria e Comércio. Coordenação de informação ao turismo. IPAC. Inventário de proteção do acervo cultural. 2 v. Monumentos e sítios do Recôncavo. I Parte: in Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, Salvador, 1978, p. 247 – 250.

CORREIO DA BAHIA. Adriana Jacob. *Lampião da capoeira*. Salvador, 06 de junho de 2004 In. Repórter p. 03 a 06

Lei n. 3924, de 26-7-1961 da Constituição Brasileira

ORAIS

- José Carlos Portugal Teixeira (Penúltimo filho de José Antônio Rodrigues Teixeira)
- Luis Carlos Teixeira Costa (Engenheiro e atual proprietário do Santo Antônio do Rio Fundo)
- Maria Lúcia Portugal Teixeira (Psicóloga e filha caçula de José Antônio Rodrigues Teixeira)
- Paulo da Costa (Filósofo. bisneto de José Antônio Rodrigues Teixeira e filho de Luis Carlos Teixeira Costa)

BIBLIOGRÁFICA

BAHIA. TVE BAHIA. *Testemunhas silenciosas. Ruínas do Recôncavo*. Ed. IDERB, Salvador, 2000.

BARICKMAM, B. J. . *Um contraponto baiano: açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder, o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Ed. Brasiliense, CNPQ. São Paulo, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1978.

----- *Bahia Século XIX: uma província no Império*. 2ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535 – 549

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. 1536 – 1888*, v. II. Ed. Bigraf, Salvador, 1996

SANTANA, Charles d' Almeida. *Fatura e Ventura: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950 – 1980*, São Paulo, ed. Annablume, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Ignácio Aciolli de Cerqueira. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. 6 v. Ed Braz do Amaral, Salvador 1919.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974